



## Associativismo para a co-gestão de recursos costeiros e marinhos na ilha do Príncipe?

**Versão preliminar: 27 Janeiro 2017**

**Autoria de:** Ana Nuno (Universidade de Exeter, Reino Unido; [a.m.nuno@exeter.ac.uk](mailto:a.m.nuno@exeter.ac.uk)) e Litoney Matos (Fundação Príncipe Trust, Príncipe; [litoney.cunha@principetrust.org](mailto:litoney.cunha@principetrust.org))

### I. Importância e contexto em termos de uso sustentável de recursos naturais

A co-gestão de recursos naturais tem sido adoptada a nível mundial em resposta aos problemas da gestão centralizada das pescas e dificuldades em evitar o declínio de pescado usando esta abordagem, assim como devido à falta de recursos públicos para gerir eficazmente esta riqueza natural. Reunindo todos os principais actores a operar no sector da pesca, incluindo pescadores e instituições governamentais, existem diversos sistemas e tipos de co-gestão que podem variar em termos de composição, poder e funções. Portanto, a co-gestão é normalmente definida como um conjunto de acordos com diferentes graus de partilha de poder, permitindo a tomada de decisão conjunta do governo e dos utilizadores sobre um conjunto de recursos ou uma área (Gutiérrez 2013).

De modo a ser possível categorizar uma pescaria como co-gerida, é necessário um certo nível de envolvimento e comunicação entre o governo e os pescadores, assim como a presença de organizações de co-gestão bem estabelecidas e/ou instituições com poder de decisão na gestão da pesca local. No entanto, existem vários tipos de estruturas possíveis (por exemplo, cooperativas, comités, associações) e, de acordo com um estudo por Gutiérrez et al. (2011), não há um tipo particular de organização mais crítico do que outros para o sucesso da co-gestão. Todavia, para serem eficazes, estas estruturas devem cumprir os seguintes critérios: (i) coesão e confiança entre os membros; (ii) sentido de propriedade e protecção de recursos; (iii) presença de líderes guiados por interesses coletivos; e (iv) regras e regulamentos simples e intuitivos.

De modo a explorar o potencial uso das associações de pescadores e palaiês como ferramenta de gestão sustentável e conservação de recursos no Príncipe, neste documento descrevemos informação sobre o seu funcionamento e características, assim como informação qualitativa baseada em sessões de discussão em sete comunidades piscatórias de modo a identificar benefícios e desafios relacionados com estas associações. Por último, indicamos algumas áreas de acção e recomendações com o objectivo de promover melhorias do seu funcionamento no âmbito da gestão de recursos naturais, contribuindo para o seu potencial uso como ferramenta de gestão comunitária e co-gestão. Embora a co-gestão de recursos naturais em São Tomé e Príncipe esteja ainda em fases exploratórias, pretendemos que esta informação possa informar processos de discussão entre indivíduos e instituições relacionadas com o sector da pesca a nível regional e nacional.

### II. Contexto local

#### a. Constituição de associações em São Tomé e Príncipe

Não existindo uma lei específica sobre o associativismo em São Tomé e Príncipe, a actual base jurídica da formação de associações no país é o Código Civil Português (capítulo II, artigos 157 a 185; estes artigos podem ser consultados, por exemplo, em: <http://www.cases.pt/associacoesnocodigocivil/>), que fornece orientações gerais para os procedimentos costumários de constituição de associações.

O primeiro passo para a constituição de uma associação consiste na definição do corpo directivo. Para tal, os indivíduos interessados criam equipas candidatas para preenchimento dos cargos, podendo haver várias listas

Ana Nuno 27/1/2017 09:48

**Comment [1]:** Se co-gestão está prevista nos regulamentos (não consegui encontrar), seria bom adicionar uma secção sobre isso.

An: tens informação acerca disto?

propostas para cada associação. Geralmente, os seguintes cargos são ocupados dentro de uma associação: 1 presidente, 1 vice-presidente, 1 secretário, 1 presidente do conselho fiscal, 1 tesoureiro e 1 ou 2 vogais. Estas listas são apresentadas numa Assembleia Geral onde a equipa vencedora é escolhida através de votação, podendo os votos ser secretos ou não.

Após o processo de formação do corpo directivo da associação proposta (sendo agora designada “comissão”), a constituição legal da associação exige:

- Efectuar pedido de uma certidão negativa. A certidão é um formulário preenchido e requerido pelo presidente da comissão para os serviços do cartório fazerem uma busca nos seus arquivos para verificar se já existe uma associação constituída com a mesma denominação;
- Ata da Assembleia Geral para fundação da Associação. Este documento regista a formação do corpo directivo e é geralmente assinado pelo presidente da associação, secretário e presidente do conselho fiscal, de acordo com aquilo que for estabelecido no estatuto da associação;
- Estatuto da associação para ser entregue na secretaria do Serviço Civil do Notariado juntamente com a Ata. Estatuto é um conjunto de normas acordado pelos fundadores da associação que regulamenta o seu funcionamento e define os direitos e obrigações dos associados. A estrutura do estatuto de uma associação é geralmente a seguinte (embora seja relativamente flexível): Capítulo I – Denominação, objecto, sede, duração e fins; Capítulo II - Dos Membros; Capítulo III - Direito e Deveres; Capítulo IV - Dos Órgãos, composição e competência; Capítulo V - Fundo Social; Capítulo VI - Disposições Finais;
- Cópias do bilhete de identificação pessoal de todos os membros do corpo directivo;
- 750.000 STD para serviços administrativos diversos relacionados com a constituição da associação, incluindo publicação no Diário da República. Pagamento efectuado à secretaria do serviço em questão (no Príncipe, Serviço Civil do Notariado);
- 300.000 STD para efectuar três cópias do estatuto da associação (extrato da escritura de constituição da associação). Uma cópia fica no cartório como fonte prova, outra é entregue no banco quando se pretender criar a conta bancária e a outra na posse da associação.

Após a constituição legal da associação, é requerido o NIF (número de identificação fiscal) no serviço das Finanças e aberta uma conta bancária para os fundos da associação, sendo preciso depositar um mínimo de 5.000.000 STD (valor geralmente definido pelo banco).

Os requisitos para ser um membro associado são geralmente indicados no estatuto de cada associação. De modo geral, ser membro associado exige o pagamento de um valor definido para entrar na associação (jóia) assim como o pagamento de uma cota mensal. Estes valores são variáveis e normalmente são definidos em assembleia geral quando a associação é criada e o corpo directivo é seleccionado.

#### **b. Características gerais**

Tratando-se de uma ocupação geralmente desfavorecida, o apoio aos pescadores no país foi dado, por exemplo, através da “Casa dos Pescadores” durante a época colonial e da Igreja Católica. O associativismo em São Tomé e Príncipe surgiu, principalmente, em 1991-1992, com a intervenção de uma organização americana fundada em

1916 com a missão de desenvolver cooperativas nos E.U.A. e, posteriormente, por todo o mundo (Cooperative League of the USA, CLUSA; <http://ncba.coop/>). No início da década de 1990, as comunidades piscatórias, assim como as rurais, viviam enormes dificuldades, incluindo falta de vias de acesso, entre outras. A criação das associações surge, então, como uma medida para desenvolver as suas capacidades e promover o seu crescimento social e económico. Desde 1995 e até o presente, a organização não-governamental Zaton-Adil (Apoio ao Desenvolvimento de Iniciativas Locais; <https://www.unicef.org/saotome/zatona/>), baseada em São Tomé, tem desenvolvido um número de ações nesta área, tendo como visão melhorar as condições de vida das comunidades rurais e semi-urbanas de São Tomé e Príncipe, através do desenvolvimento do movimento cooperativo. Ao longo do tempo, as principais apostas têm sido na constituição de associações e o seu funcionamento como modo de estimular o desenvolvimento económico (por exemplo, sendo elos de ligação entre associados e programas de financiamento ou apoio do governo e estimulando comercialização), assim como fornecendo ferramentas para a gestão de associações em diversas áreas (por exemplo, pescas, agricultura e apicultura).

No âmbito do sector das pescas, existem actualmente 12 associações e 6 comissões no Príncipe (Tabela 1). Enquanto as associações estão legalizadas, com estatutos e muitas vezes operacionais, sendo pessoas colectivas do direito privado com personalidade jurídica, as comissões estão em vias de se tornarem associações, sendo compostas por um grupo de pessoas definidas na Assembleia Geral, como descrito na secção anterior. Baseado no número aproximado de associados e dados do recenseamento, cerca de 52% da população adulta das comunidades de Abade, P. Burra, Hospital Velho, Lapa, Campanha e Santo António pertence a uma associação.

**Tabela 1.** Associações e comissões de pescadores e palaiês no Príncipe, com número de membros indicativo registado em Janeiro 2017 descrito entre parêntesis quando disponível (NA: informação não disponível).

Tipo de estrutura	Composição e dimensão	
	Pescadores	Palaiês
Associação	Praia Burra (35)	Praia Burra (32)
	Praia Abade (26)	Praia Abade (16)
	Praia Seca (21)	Praia Seca (22)
	Pesqueira Quente (18)	Pesqueira Quente (24)
	Lapa (15)	Lapa (9)
	São Pedro (18)	
	Praia Seabra (17)	
Comissão	Campanha (NA)	Campanha (NA)
	Sundy cidade (NA)	Sundy cidade (NA)
	Yola (NA)	São Pedro (NA)

Desde que a associação esteja legalmente constituída e haja interesse da parte dos seus membros, as associações podem fazer parte da União de Associações Cooperativas dos Pescadores e Palaiês (UNACOPPRI), a quem pagam uma cota mensal e que, por sua vez, paga uma cota à Federação descrita em baixo. Esta união opera no Príncipe foi criada em 1993 e era inicialmente composta por pescadores e palaiês das associações de Pesqueira Quente (Santo António Praia), São Pedro (Hospital Velho), Abade, Burras e Sundy. Na altura da criação desta união, estas associações funcionavam como cooperativas com fim lucrativo e uniram-se com o objectivo de se filiarem numa federação criada em São Tomé e denominada GIEPPA - Grupo de Interesses Económicos de Pescadores e Palaiês; actualmente este grupo foi reestruturado e denomina-se Federação das Associações dos Pescadores e Palaiês (FAPP). Com a filiação, as associações foram beneficiadas principalmente em termos de materiais de pesca que recebiam do estado com valor subvencionado e revendiam de modo a ter lucro, assim como combustíveis com

preços mais baixos para revenda apenas para pescadores e o funcionamento de uma loja para revenda de materiais.

Em 2015, houve uma reestruturação do corpo directivo da UNACOPPRI (a sua presidência deixou de pertencer à associação de São Pedro e passou para a de Pesqueira Quente). Embora esta união esteja operacional, actualmente não estão planeadas actividades e o seu funcionamento é afectado por um desinteresse generalizado dos associados, provavelmente devido à reduzida aposta do governo em termos de fornecer materiais de pesca através da união e falta de investimento ao longo do tempo noutro tipo de benefícios para pescadores e palaiês (possivelmente afectando as suas expectativas sobre as associações).

### **III. Opiniões de pescadores e palaiês de comunidades piscatórias**

#### **a) Métodos**

Entre 28 de Outubro e 3 de Novembro 2016, realizámos sessões de discussão em grupo em sete comunidade piscatórias da ilha do Príncipe: Lapa, Campanha, Praia Burra, Praia Abade, Santo António, Hospital Velho e Praia Seca. As discussões foram realizadas separadamente para pescadores e palaiês, num total de 14 sessões. Em cada sessão, participaram entre 2 e 15 pessoas (mediana: 11.5 pessoas), num total de 142 participantes.

Cada sessão durou entre 40min e 1h15, realizando-se uma discussão semi-estruturada em torno dos seguintes tópicos: a) aspectos positivos e negativos da ocupação de pescador/palaiê; b) práticas de captura e venda de peixe; c) uso de recursos naturais terrestres; d) mudanças observadas e/ou sentidas e cenários; e) áreas de acção e sugestões (guião de discussão disponível em anexo). Neste documento, focámo-nos nos pontos de discussão diretamente relacionados com as associações de pescadores/palaiês.

Informação sobre o objetivo das sessões e convites para participação foram divulgados com devida antecedência, de modo a permitir a presença de todos aqueles que estivessem interessados e tivessem disponibilidade. As sessões foram facilitadas por Ana Nuno com o apoio de Litoney Matos. Todos os participantes foram informados acerca do objetivo da discussão, o carácter voluntário e anónimo da sua participação e de qualquer informação partilhada durante a sessão. As discussões foram gravadas e transcritas com a devida autorização dos participantes.

#### **b) Resultados**

Nas sete comunidades piscatórias alvo, existem diversas diferenças em termos de nível de associativismo, recursos e infraestrutura para associados e tipo de actividades relacionadas com as associações. Estes factores também variam entre pescadores e palaiês dentro da mesma comunidade. As comunidades de Praia Burra e Abade têm associações particularmente desenvolvidas, enquanto a de Santo António se encontra em avançado desenvolvimento e o processo de formação ou funcionamento é relativamente incipiente nas outras 4 comunidades. Melhorar ou fortalecer as associações foi indicado como uma área prioritária de acção para melhoria da pesca artesanal no Príncipe por todas as comunidades.

#### ***Benefícios das associações de pescadores e palaiês***

De modo geral, os participantes consideram que as associações de pescadores e palaiês trazem benefícios individuais e para a comunidade, embora nem todas as pessoas façam parte das associações ou estejam interessadas em ser associados. Entre aqueles que não são associados ou não têm interesse em sê-lo, alguns mencionaram preferências pessoais ou processos estruturais (por exemplo, como não estavam em certa comunidade quando a associação se formou, não foram envolvidos nesse processo e não fizeram pagamentos desde o início). No entanto, a maioria das pessoas presentes nas discussões tinham opiniões geralmente positivas

relativamente às associações, potencialmente inibindo aqueles que tinham opiniões diferentes. Portanto, a não-participação em associações pescadores/palaiês deve ser um aspecto a considerar nas próximas etapas do projecto.

Quando questionados acerca de benefícios específicos das associações, os participantes listaram vários tipos de benefícios (que podem ser reais ou aparentes), incluindo: reconhecimento por entidades governamentais, outras organizações e projetos; acesso a crédito financeiro e maior disponibilidade e acesso a materiais de captura ou venda de peixe; oportunidades de formação e aprendizagem; desenvolvimento pessoal e da comunidade; e estruturas melhoradas de trabalho em grupo (Tabela 2).

**Tabela 2.** Tipos de benefícios de associações de pescadores e palaiês mencionados por participantes durante as discussões em grupo.

<b>Tipo de benefício</b>	<b>Exemplos</b>
Reconhecimento por entidades governamentais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>“aqui nesta praia nós éramos palaiês esquecidas. Mas depois que fizemos associação... já estão minimamente a lembrar de nós!... O estado já conhece”</i></li> <li>• <i>“Estamos associados...estamos unidos... quando estamos unidos, temos mais força... e quando estamos unidos, o governo nos apoia mais”</i></li> </ul>
Reconhecimento por outras organizações e projetos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>“hoje, se estamos a falar convosco, é através da associação porque se não fosse a associação nunca vocês estariam aqui connosco... vocês vieram aqui por causa da associação.”</i></li> <li>• <i>“com a associação... está a chamar muita gente para fazer negócio connosco... pessoa vem aqui comprar... pessoa em São Tomé quer fazer negócio... MARAPA...isso é bem-vindo!”</i></li> </ul>
Acesso a crédito financeiro	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>“No caso de cair qualquer verba na nossa conta, nós podemos trabalhar com esse dinheiro... emprestando esse valor com uma garantia... assinar um documento que vai retribuir dinheiro e dar a outras que precisam”</i></li> </ul>
Maior disponibilidade e acesso a materiais de captura ou venda de peixe	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>“se o pescador não tem combustível para ir para o mar, pode vir falar com a associação... e associação pode emprestar e depois pescador pode devolver...devolver com um pouco a mais para a associação crescer.”</i></li> <li>• <i>“Associação tem vantagem para a comunidade... aqui temos uma loja e assim a gente tem coisa de pescador lá... tem anzol...fio...gasolina”.</i></li> </ul>
Oportunidades de formação e aprendizagem	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>“Associação ajuda palaiês de várias maneiras... vai ajudar nos conselhos... como fazer peixe”</i></li> <li>• <i>“eu fico satisfeita porque essa associação já me fez conhecer muita coisa... eu participo em várias reuniões, muitas formações... e para mim isso é tudo...”</i></li> </ul>
Desenvolvimento pessoal e da comunidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>“é preciso uma associação... receber apoio para palaiês se desenvolver”</i></li> <li>• <i>“associação ajuda a nossa sociedade...como viver na comunidade... porque a gente ajuda a limpeza, ajuda a associação a desenvolver”</i></li> </ul>
Estruturas melhoradas de trabalho em grupo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>“Depois da associação estar a funcionar, tudo vai bem... se não tem associação, é a mesma coisa que nada... nós temos presidente... é como jogar bola... para jogar bola, é preciso ter treinador... se não tiver treinador, cada um vai para aqui... cada um vai para lá”</i></li> </ul>

No entanto, de acordo com as respostas dos participantes, as associações são consideradas benéficas principalmente em termos de apoio financeiro e acesso a materiais ou oportunidades. Por exemplo, apenas um participante mencionou o aspecto de benefícios em termos de facilitar trabalho em grupo. Aspectos de tomada de

decisão acerca do uso de recursos marinhos não foram mencionados por nenhum participante, sugerindo que, atualmente, as associações não estão relacionadas com aspectos de gestão de recursos marinhos, limitando o seu potencial enquanto ferramenta de uso sustentável e conservação de recursos naturais na área.

#### **Dificuldades na formação ou funcionamento das associações de pescadores e palaiês**

Os participantes das discussões em grupo mencionaram diversos tipos de dificuldades relacionadas com a formação e funcionamento das associações de pescadores e palaiês, incluindo: carências financeiras dificultam a formação legal das associações, assim como o pagamento de jóias e cotas após a sua formação; falta de fundos ou recursos associativos; desconfiança relativamente a distribuição de benefícios; problemas de comunicação; problemas de estrutura da direção e falta de independência de outros assuntos sociais e políticos (Tabela 3).

**Tabela 3.** Tipos de dificuldades relacionadas com a formação ou funcionamento das associações de pescadores e palaiês mencionadas por participantes durante as discussões em grupo.

<b>Tipo de desafios/dificuldades</b>	<b>Exemplos</b>
Carências financeiras impedem ou dificultam formação de associações seguindo processos legais em vigor	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>“Precisa pagar jóia e cota...cota no banco... fazer estatuto... legalizar documento... mas para fazer isso é preciso muito trabalho e muito dinheiro”</i></li> <li>• <i>“o estatuto está tudo feito mas está lá no registo civil e está só a faltar pagar para levantar o estatuto”</i></li> </ul>
Falta de fundos ou recursos associativos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>“Outra questão é que nós criámos a associação... temos que ter fundo... porque um dos objetivos da associação é ajudar os seus membros... se ela não tem como ajudar esses membros...”</i></li> </ul>
Falta de cumprimento de deveres por associados	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>“Se está organizado, participo. Se há uns que pagam cota... outros que não pagam...aí não vou participar.”</i></li> <li>• <i>“Outro problema é a aderência dos membros...é dever de membro pagar a cota e nem todos pagam”</i></li> <li>• <i>“pescador tem que pagar cota e jóia... sem isso a associação não funciona”</i></li> </ul>
Desconfiança e falta de transparência relativamente a distribuição de benefícios entre associados	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>“há pessoa que não tinha pago e tomou dinheiro... eu tinha pago tudo e não me deram dinheiro”</i></li> <li>• <i>“gente a comer dinheiro”</i></li> <li>• <i>por exemplo, membros paga cota e jóia... mas os membros não sabe quanto dinheiro tem... é preciso marcar encontro e discutir”</i></li> </ul>
Problemas de comunicação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>“Damião [DR Pescas] mandou recado... e quem trouxe mensagem não transmitiu recado”</i></li> </ul>
Problemas estruturais de direção da associação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>“enquanto não houver um bom corpo diretivo, a associação não funciona”</i></li> </ul>
Falta de independência de associações relativamente a outros assuntos (por exemplo, política)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>“É complicado... complicam as coisas com a cor política...não funciona bem quando há essa mistura de assuntos.”</i></li> </ul>

Segundo estes participantes, os aspectos financeiros são uma das principais preocupações e barreiras para o funcionamento destas associações, tendo sido estes os factores mais frequentemente mencionados durante as sessões de discussão. No entanto, é evidente que outros processos relacionados com a estrutura, transparência, comunicação e missão destas associações actualmente afectam o seu funcionamento e são factores essenciais a considerar para eventuais melhorias.

Quando questionados sobre medidas específicas para melhorar as associações de pescadores e palaiês (Tabela 4), o desenvolvimento de infraestrutura (por exemplo, construir ou reparar espaço para reuniões) e material de pesca para a associação (i.e. para uso de todos os associados) foram as acções mais frequentemente mencionadas, assim como garantir o acesso a material de pesca e a sua reparação (por exemplo, através de uma loja de associação onde material poderia ser revendido a pescadores e palaiês de modo a gerar lucro para associação). É de notar que algumas destas medidas já estão em funcionamento em cercas comunidades (por exemplo, associações com fim lucrativo em Praia Burra e Abade) ou já estiveram funcionais no passado e, portanto, há oportunidade para aprender sobre o seu sucesso e como potencialmente adaptar para outras comunidades.

A necessidade de divulgar informação sobre o funcionamento e benefícios das associações foi também frequentemente descrita como uma importante área de acção para a sua melhoria, assim como criar oportunidades de formação (embora os participantes tenham sido pouco específicos acerca de áreas concretas de formação).

**Tabela 4.** Tipos de medidas para melhoria das associações mencionadas por participantes durante as discussões em grupo acerca das associações de pescadores e palaiês.

Tipo de acções	Exemplos
Desenvolver infraestrutura e adquirir material de captura e venda de peixe para a associação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>“nós não temos sede para fazer reunião... vocês que vêm... ter um sítio para conversar... aqui não tem”</i></li> <li>• <i>“Por causa do problema de estrada... se tivéssemos uma embarcação, ajudava para escoar produto”</i></li> <li>• <i>“reparar essa casa [espaço da sede]...mais arca...material para secar e fumar peixe...reparar forno...precisamos de muito apoio”</i></li> <li>• <i>“aqui cada pescador tem a sua mulher... se ele tomar, a sua mulher vende o peixe dele...ele não tem que dar a outra palaiê. Se a associação tiver bote, o peixe chega e entrega a palaiê... pescador ganha dinheiro e palaiê também ganha dinheiro”</i></li> </ul>
Garantir acesso a material de pesca e condições de reparação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>“Outra coisa, é que os materiais canalizassem diretamente um local onde os pescadores podem ir buscar... não é ficar de lado. Deve estar na associação ou união de pescadores. O governo deve também subvencionar alguns dos materiais... motores ou embarcações... mesmo que eu queira comprar e vá ao banco, eles não me dão emprestado.”</i></li> <li>• <i>“Deram esses motores, mas quando avaria não há peça para eles... introduziram isso e nem sequer há representante em São Tomé... isso devia ser uma intervenção da união ou associação junto ao governo...”</i></li> <li>• <i>“devia ter uma filial da marca YAHAMA no país para facilitar a aquisição de peças... todos os países da costa africana têm... só São Tomé e Príncipe é que não tem”</i></li> </ul>
Informar e consciencializar sobre funcionamento e benefícios de associações	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>“É preciso aprender melhor para saber qual o direito e responsabilidade de cada um...”</i></li> <li>• <i>“Em primeiro lugar, consciencializar os membros para pagarem cota e jóia.”</i></li> <li>• <i>“aqueles que não querem fazer parte da associação é por que tem dúvidas... não vê o que a associação vai dar... por isso, a pessoa não quer ficar dentro”</i></li> </ul>
Formação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>“Mais formação... como conservar peixe... apoio é coisa que estamos a necessitar muito... e muita formação!”</i></li> </ul>

#### IV. Áreas de ação e recomendações

A co-gestão é normalmente considerada um modo de gestão de pesca mais eficaz do que estratégias convencionais e centralizadas, sendo geralmente benéfica para a gestão de pesca artesanal (Castilla & Fernandez 1998; Cinner et al. 2012). Embora a co-gestão de recursos naturais em São Tomé e Príncipe esteja ainda em fases exploratórias, o maior envolvimento de pescadores e palaiês e melhorias na comunicação e discussão entre diversos actores da pesca são passos iniciais essenciais para a consideração, planeamento e implementação da co-gestão. Portanto, as associações podem representar estruturas úteis em termos de liderança e representação na tomada de decisões a nível de comunidades piscatórias assim como diálogo e negociação com outras instituições. No entanto, embora a estrutura e procedimentos processuais para a constituição de associações estejam definidos e o associativismo seja prevalente, as associações de pescadores e palaiês no Príncipe actualmente têm um papel reduzido, ou inexistente, na gestão de recursos costeiros e marinhos. O seu potencial enquanto ferramenta de gestão de recursos costeiros e marinhos é diminuído principalmente por:

- Embora existam diversas instituições a nível dos pescadores e palaiês (por exemplo, associações, UNACOPPRI e GIEPPA), não é claro qual o papel realmente desempenhado por cada uma destas instituições em termos de tomada de decisões acerca da gestão de pesca. A gestão de recursos haliêuticos parece continuar a ser centralizada com a maioria ou todas as decisões tomadas apenas a nível governamental;
- Apesar de as associações geralmente serem reconhecidas como benéficas por pescadores e palaiês, os tipos de benefícios esperados são normalmente apenas de carácter financeiro, sendo as associações vistas principalmente como fonte de dinheiro (por exemplo, crédito) e materiais de pesca. É provável que estas expectativas sejam resultantes das práticas do Estado e diversas ONGs que, ao longo do tempo, apostaram principalmente neste tipo de benefícios, prestando menos atenção à fomentação do trabalho em equipa, resolução de conflitos e capacitação para a gestão de recursos haliêuticos;
- A complexidade do processo legal de constituição de associações e o seu funcionamento geram muitas dúvidas entre pescadores e palaiês, possivelmente resultando em desconfiança e desmotivação.

É evidente que a prática de associativismo é prevalente nas comunidades piscatórias, com uma percentagem considerável dos pescadores e palaiês pertencendo a uma associação. Sendo assim, em vez de apostar na criação de instituições novas de gestão de pesca (por exemplo, conselhos comunitários ou comités de gestão), pode ser mais eficiente apostar na melhoria das instituições existentes, principalmente quando estas já estão em operação. No entanto, é necessário considerar os seguintes pontos essenciais:

- é necessário investir na coesão e confiança entre os membros de uma comunidade e associação (ou outra instituição), sentido de propriedade e protecção de recursos e a presença de líderes guiados por interesses coletivos;
- a promoção da gestão comunitária pode contribuir para uma forte base para eventuais estratégias futuras de co-gestão;
- a co-gestão pode adoptar uma grande variedade de estruturas e estratégias, portanto é essencial identificar as abordagens mais indicadas localmente;
- a co-gestão requer vários anos de trabalho contínuo com todos os actores envolvidos.

Tendo estes desafios em conta, na Tabela 5 indicamos as principais áreas de acção e recomendações específicas para contribuir para a melhoria das associações no Príncipe enquanto ferramenta de gestão de pesca. Enquanto

algumas das acções propostas podem ser efectuadas a curto prazo no âmbito do projecto “Omali vida nón”, várias devem ser consideradas e implementadas a médio e longo termo no âmbito de estratégias gerais de gestão sustentável e conservação de recursos na região, potencialmente contribuindo para uma estratégia de co-gestão.

**Tabela 5.** Áreas de acção e recomendações de modo a promover a melhoria das associações de pescadores e palaiês enquanto ferramentas de gestão de pesca artesanal no Príncipe.

Áreas de acção	Recomendações
Diagnóstico	<p>A nível das associações:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Obter informação relativamente à história da formação e funcionamento (por exemplo, acções levadas a cabo e apoio recebido), recursos e infraestrutura disponíveis, estrutura actual e número de associados de cada associação existente de modo a ser possível: a) identificar diferenças na capacidade associativa; e b) informar sobre as estruturas mais indicadas para a gestão de pesca artesanal (por exemplo, associação pode ser estrutura demasiado complexa para comunidades pequenas ou temporárias);</li> <li>• Efectuar uma compilação de documentos referentes à constituição e funcionamento de associações (por exemplo, estatutos). Esta informação será essencial para efectuar possíveis revisões de estatutos tendo em conta desafios actuais de gestão.</li> </ul> <p>A nível das comunidades e indivíduos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Identificar comunidades e indivíduos específicos que podem actuar como líderes e assegurar envolvimento no processo de gestão comunitária (e, eventualmente, no planeamento e implementação de co-gestão);</li> <li>• De acordo com contexto local, identificar estratégias mais indicadas para a promoção e implementação de gestão comunitária da pesca (por exemplo, área marinha gerida localmente, vigilância comunitária, alocação de cotas) e que possam ser usadas como ferramentas de co-gestão;</li> <li>• De modo a entender as motivações individuais relacionadas com a decisão de participação nas associações e outros esforços de trabalho em grupo no âmbito da pesca artesanal, é necessário também entender as razões para a não-participação, particularmente tendo em conta os aspectos de género (por exemplo, comparar percepções de pescadores e palaiês);</li> <li>• Em colaboração com instituições locais e de acordo com outras actividades a decorrer no presente ou futuro, identificar possíveis actividades incentivadoras para o trabalho em grupo (por exemplo, estaleiro com reparação de motores, loja de revenda de material de pesca, equipamento para conservação de pescado), promovendo associativismo através de benefícios directos para associados.</li> </ul> <p>A nível dos regulamentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Identificar oportunidades para a revisão de regulamentos e legislações relacionados com a gestão de recursos costeiros e marinhos em São Tomé e Príncipe.</li> </ul>
Capacitação de pessoal, pescadores e palaiês	<p>A nível das comunidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Apostar na formação nas seguintes áreas: ecologia e conservação marinha; legislação ambiental e boas práticas de pesca; definição e benefícios de gestão comunitária e co-gestão de recursos naturais; boa governação; liderança; gestão financeira; resolução de conflitos; ferramentas de monitorização social e ecológica;</li> <li>• Garantir o acompanhamento técnico e a avaliação da formação e, se necessário, efectuar sessões de actualização de conteúdos e conhecimentos.</li> </ul>

	<p>A nível do pessoal de gestão e conservação de recursos costeiros e marinhos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Garantir a formação em aspectos sociais e ecológicos relacionados com a gestão comunitária e a co-gestão, trabalho com comunidades e monitorização de impactos;</li> <li>• Desenvolver capacidade local de modo a garantir acompanhamento técnico das actividades a nível das comunidades envolvidas.</li> </ul>
Dinamização	<p>Com base na informação a ser recolhida na fase diagnóstica:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover e apoiar a re-estruturação das associações ou o estabelecimento de outras instituições locais de modo a facilitar a gestão comunitária;</li> <li>• Reforçar o papel das instituições existentes (por exemplo, associações e UNACOPPRI) em termos de envolvimento e participação na tomada de decisões de pesca;</li> <li>• Promover maior autonomia e menos vulnerabilidade das comunidades piscatórias através da melhoria ou diversificação das actividades de subsistência;</li> <li>• Mobilizar a integração de pessoas com múltiplos saberes e experiências (e.g. gestão, técnico, administrativo, cultural) para a gestão comunitária;</li> <li>• Implementar fases piloto de estratégias de gestão comunitária através das associações (por exemplo, área marinha gerida localmente, vigilância comunitária).</li> </ul> <p>Com base na informação a ser recolhida em todas as fases:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Produção de documento-proposta fornecendo orientações gerais de co-gestão de recursos costeiros e marinhos no Príncipe, com o envolvimento de todos os actores relevantes e informando eventual implementação regional.</li> </ul>
Monitorização social e ecológica	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolvimento e implementação de programa de monitorização comunitária de modo a: a) recolher informação sobre a prática de pesca artesanal e uso de recursos haliêuticos; b) identificar possíveis medidas de gestão direccionadas para espécies seleccionadas com base em informação ecológica e social; c) promover participação comunitária e discussão de dados a nível das comunidades; d) avaliar impactos de intervenções e informar passos seguintes.</li> <li>• Complementar monitorização comunitária com outros estudos ecológicos científicos (por exemplo, a nível de mapeamento de habitats e biodiversidade marinha e costeira);</li> <li>• Monitorização social a nível de, por exemplo: uso e dependência de diversos recursos naturais; bem-estar e combate à pobreza; representação e participação associativa e individual na gestão de recursos; ameaças e barreiras à sustentabilidade da pesca artesanal; oportunidades e questões de género. Estes factores devem ser monitorizados não só a nível das comunidades directamente envolvidas, mas também em outras comunidades potencialmente afectadas na região.</li> </ul>
Gestão adaptativa	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Com base na disseminação da informação social e ecológica recolhida através de monitorização das várias intervenções, solicitar e considerar comentários e sugestões de todos os actores envolvidos;</li> <li>• Se necessário, e com base nas prioridades, preocupações e sugestões de todos os actores envolvidos, ajustar o processo à medida que os resultados vão sendo produzidos ao longo de todas as fases do processo.</li> </ul>
Advocacia	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Trabalhar em colaboração constante com as organizações competentes de modo a informar discussões e decisões acerca de políticas de pesca, demonstrar mais valias e desafios de abordagens de gestão comunitária e co-gestão, receber o seu feedback ao longo de todas as fases do processo e considerar as suas prioridades, preocupações e sugestões;</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Organizar sessões de discussão e apresentação de resultados para diversas audiências, incluindo, por exemplo, as comunidades locais e sectores não-governamentais, científicos e políticos de São Tomé e Príncipe, de modo a demonstrar mais valias e desafios de abordagens de gestão comunitária e co-gestão;</li> <li>• Usar a informação recolhida acerca de pesca artesanal para informar estratégias nacionais e regionais de pesca, nomeadamente acerca da pesca industrial e outros factores que possam afectar a subsistência das comunidades piscatórias;</li> <li>• Em parceria com as instituições regionais e nacionais, identificar possíveis fontes adicionais de financiamento, usando os resultados recolhidos como evidência para demonstrar relevância de acções futuras relacionadas com a gestão comunitária e co-gestão de recursos naturais em São Tomé e Príncipe.</li> </ul>
--	--

## V. Bibliografia

Castilla, J. C., & Fernandez, M. (1998). Small-scale benthic fisheries in Chile: on co-management and sustainable use of benthic invertebrates. *Ecol. Appl.* 8, S124-S132.

Cinner, J.E., McClanahan, T.R., MacNeil, M.A., Graham, N.A., Daw, T.M., Mukminin, A., Feary, D.A., Rabearisoa, A.L., Wamukota, A., Jiddawi, N. & Campbell, S.J., 2012. Comanagement of coral reef social-ecological systems. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 109(14), 5219-5222.

Gutiérrez, N. L. (2013). Management and co-management options for small-scale fisheries in the Mediterranean and Black Sea. WWF-GFCM/FAO Proceedings Series.

Gutiérrez, N. L., Hilborn, R., & Defeo, O. (2011). Leadership, social capital and incentives promote successful fisheries. *Nature*, 470(7334), 386-389.

## VI. Anexo: Guião de discussão semi-estruturada com grupos de pescadores e palaiês

### Sessão de discussão em grupo (Out-Nov 2016) (projecto "*Umuen vida no/ Omali vida nón*")

Obrigada por terem vindo e concordarem em fazer parte deste grupo de discussão. Agradecemos imenso a vossa participação.

#### Objectivo:

Pescadores: Nesta sessão de discussão, vamos aprender com os pescadores acerca das suas artes de pesca, captura de peixe e desafios e oportunidades para melhorar a pesca no Príncipe. Precisamos da vossa participação e as vossas opiniões e respostas honestas são necessárias para entendermos a situação da pesca artesanal. Vocês são especialistas nesta área e queremos aprender convosco!

Palaiês: Nesta reunião vamos aprender com as palaiês acerca dos seus modos de subsistência, venda de peixe e desafios e oportunidades para melhorar a pesca no Príncipe. Precisamos da vossa participação e as vossas opiniões e respostas honestas são necessárias para entendermos a situação da pesca artesanal. Vocês são especialistas nesta área e queremos aprender convosco!

#### Regras:

- Neutralidade da investigadora.
- Todos devem participar na discussão, partilhando as suas opiniões com o grupo. Por favor, falem com calma, uma pessoa de cada vez.
- Não há respostas corretas ou erradas. Todas as opiniões são importantes.
- Estejam à vontade para falar quer concordem ou discordem de algo. Queremos ouvir uma vasta gama de opiniões.
- A vossa participação é voluntária e não são obrigados a responder às questões.
- Toda a informação recolhida hoje será tratada de forma anónima e confidencial.
- De modo a auxiliar o registo de informação, será usado um gravador de voz se aceitarem.

Perguntar se todos concordam com regras. Se sim, iniciar discussão [Ver "Tópicos de discussão"].

#### Fim:

Mais uma vez, muito obrigada pela vossa participação. As vossas opiniões e a informação registada hoje são essenciais nesta fase do projeto. Agradecemos imensa a vossa colaboração.

#### Material necessário:

- Gravador de voz
- Câmara fotográfica
- Mapas
- Acetatos
- Canetas de acetato
- Pósteres de peixes
- Post-its
- Marcadores e folhas flip-chart
- Esferográficas e folhas de registo

## Tópicos de discussão:

### Pescadores:

- Pesca e aspectos positivos e negativos de ser pescador
  - a) *Há quanto tempo é que cada um de vocês pesca? E com que idade começaram a pescar?*
  - b) *Porque é que vocês são pescadores?* [Exemplos: identidade; satisfação profissional; modo de fazer dinheiro rapidamente; falta de outras oportunidades; hábito ou tradição familiar; complemento de rendimento de outra(s) atividade(s)]
  - c) *O que é que vocês gostam mais na vida de pescador?*
  - d) *Quais são os maiores problemas de ser pescador?*
  - e) *Além da pesca, têm outros modos de fazer dinheiro? Quais?*
  - f) *Quais são os factores que ameaçam a vossa atividade de pesca?* [Escrever cada factor num *post-it* e pedir para ordenarem de mais a menos grave]
  
- Práticas e artes de pesca
  - g) *Que tipo de arte de pesca usam mais frequentemente? Que outros tipos de arte de pesca usam?*
  - h) *Que tipo de peixe costumam capturar mais frequentemente? Que outros tipos de peixe apanham? Que tipos de peixe são mais caros?* [Mostrar póster de peixes] *Também apanham tubarões? E raias?*
  - i) *Conseguem vender todos os tipos de peixe? Há algum peixe que deitam fora ou usam para outras coisas? Quando estão a pescar, às vezes apanham outros peixes ou animais que não querem?*
  - j) *Quais são as zonas onde costumam pescar mais vezes? Quais são as zonas onde é mais fácil apanhar peixe em grande quantidade? Onde costumam pescar durante a época das chuvas? E durante a gravana? Em que áreas conseguem apanhar tubarão? E raias?* [Mostrar mapas e pedir para desenhar com diferentes cores]
  
- Uso de recursos naturais terrestres
  - k) *Além da pesca, usam outros tipos de recursos da terra? Por exemplo, árvores e animais da floresta.*
  - l) *Compram ou apanham esses recursos? Vendem algum desses recursos ou usam só para vocês?*
  - m) *Usam esses recursos durante todo o ano ou só durante certas alturas do ano?*
  
- Mudanças observadas e/ou sentidas na pesca
  - n) *Comparando com a vossa atividade de pesca há 10 anos, existem algumas diferenças?* [Exemplos: quantidade de pescado; tamanho de peixes; área de distribuição de peixes]
  - o) *Na vossa opinião, o que causou essas alterações?* [Exemplos: área de distribuição de peixes; condições climáticas; quantidade de pescadores]
  
- Cenários
  - p) *Na vossa opinião, o que vai acontecer à pesca no Príncipe nos próximos 10 anos?* [Considerar impactos para pescadores, palaiês e recursos marinhos]
  - q) *Se as condições de pesca piorassem, o que fariam para sustentar a vossa família?*
  
- Áreas de ação
  - r) *Na vossa opinião, que passos deveriam ser tomados para melhorar a pesca artesanal no Príncipe? E quem deveria ser responsável por essas medidas?*
  - s) *Algumas pessoas contaram-nos que costumavam haver zonas de descanso para os peixes recuperarem. Porque é que isto já não é feito atualmente? Acham que seria possível recuperar este comportamento?*
  - t) *Que benefícios trazem as associações de pescadores? Como podemos torná-las melhores?*
  
- *Chegamos ao fim das nossas perguntas por hoje. Alguém tem mais algo a dizer ou quer fazer alguma pergunta?*

## Tópicos de discussão:

### Palaiês:

- Venda de peixe e aspectos positivos e negativos de ser palaiê
  - a) *Há quanto tempo é que cada uma de vocês é palaiê? E com que idade começaram?*
  - b) *Porque é que vocês são palaiês?* [Exemplos: identidade; satisfação profissional; modo de fazer dinheiro rapidamente; falta de outras oportunidades; hábito ou tradição familiar; complemento de rendimento de outra(s) atividade(s)]
  - c) *O que é que vocês gostam mais na vida de palaiê?*
  - d) *Quais são os maiores problemas de ser palaiê?*
  - e) *Além da venda de peixe, têm outros modos de fazer dinheiro? Quais?*
  - f) *Quais são os factores que ameaçam a vossa atividade de venda de peixe?* [Escrever cada factor num *post-it* e pedir para ordenarem de mais a menos grave]
- Compra e venda de peixe
  - g) *Que tipo de peixe costumam vender mais frequentemente? Que outros tipos de peixe vendem? Que tipos de peixe são mais caros?* [Mostrar póster de peixes] *Também vendem tubarões? E raias?*
  - h) *Conseguem vender todos os tipos de peixe? Há algum peixe que deitam fora ou usam para outras coisas?*
  - i) *Fazendo de conta que acaba de chegar um pescador com peixe, expliquem-me o que normalmente acontece até vocês o venderem.* [Ilustrar em diagrama]
- Uso de recursos naturais terrestres
  - j) *Além de peixe, usam outros tipos de recursos da terra? Por exemplo, árvores e animais da floresta.*
  - k) *Compram ou apanham esses recursos? Vendem algum desses recursos ou usam só para vocês?*
  - l) *Usam esses recursos durante todo o ano ou só durante certas alturas do ano?*
- Mudanças observadas e/ou sentidas na pesca
  - m) *Comparando com a vossa atividade de venda de peixe há 10 anos, repararam em algumas diferenças?* [Exemplos: quantidade de pescado; tamanho de peixes; área de distribuição de peixes]
  - n) *Na vossa opinião, o que causou essas alterações?* [Exemplos: área de distribuição de peixes; condições climáticas; quantidade de pescadores]
- Cenários
  - o) *Na vossa opinião, o que vai acontecer à pesca no Príncipe nos próximos 10 anos?* [Considerar impactos para pescadores, palaiês e recursos marinhos]
  - p) *Se as condições de pesca piorassem, o que fariam para sustentar a vossa família?*
- Áreas de ação
  - q) *Na vossa opinião, que passos deveriam ser tomados para melhorar a pesca artesanal no Príncipe? E quem deveria ser responsável por essas medidas?*
  - r) *Algumas pessoas contaram-nos que costumavam haver zonas de descanso para os peixes recuperarem. Porque é que isto já não é feito atualmente? Achar que seria possível recuperar este comportamento?*
  - s) *Que benefícios trazem as associações de palaiês? Como podemos torná-las melhores?*
- *Chegamos ao fim das nossas perguntas por hoje. Alguém tem mais algo a dizer ou quer fazer alguma pergunta?*